

Brasil pode rejeitar crédito

■ Governo brasileiro quer financiamento mais barato do FMI

VIVIAN OSWALD E
SILVIA MUGNATO

BRASÍLIA – O governo estuda a possibilidade de abrir mão da linha de crédito de US\$ 2,2 bilhões que já foi aprovada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para ser utilizada em projetos nas áreas sociais. Esses recursos são a parte que falta do dinheiro que o BID está colocando à disposição do país pelo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no fim do ano passado. A idéia é dispensar essa terceira parcela do empréstimo que cabe ao BID para retomar linhas que o banco oferece ao país em condições mais favoráveis.

A equipe econômica também pode dispensar a terceira parcela dos recursos do FMI, no valor de US\$ 2,3 bilhões, já que não tem havido a necessidade de utilizá-la. Mas essa é uma decisão que só deve ser tomada no fim de julho, depois que a diretoria do Fundo tiver concluído a avaliação dos indicadores da economia brasileira, iniciada esta semana por uma missão de técnicos enviada ao país. A missão chefiada pela economista Teresa Ter-Minassian passou o dia de ontem com técnicos do Banco Central, onde tiveram início as discussões sobre os possíveis cenários para a economia do país.

Liberações – Até agora, o Brasil recebeu US\$ 19 bilhões referentes às duas primeiras parcelas dos recursos liberados pelo FMI e pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais. Do BID, entraram no país apenas US\$ 226,5 milhões da primeira linha aprovada pelo banco de US\$ 1,1 bilhão. Outros US\$ 1,2 bilhão devem ser liberados nas próximas semanas, assim que o governo assinar o contrato com

a instituição. Já o Banco Mundial liberou US\$ 1 bilhão dos US\$ 4,5 bilhões que deve desembolsar até o primeiro trimestre do ano 2000.

A previsão de desembolso do BID para o Brasil em caráter emergencial de US\$ 4,5 bilhões acabou por adiar várias linhas do banco que já vinham sendo contratadas, porque esse dinheiro já compromete cerca de 45% dos recursos que o BID tem disponíveis para emprestar no mercado internacional. As condições do empréstimo também não são as melhores. Enquanto as linhas oferecidas pelo banco em situações normais têm prazos de 20 anos, com carência de 4 anos e juros de 6,9% ao ano, a ajuda de emergencial prevê Libor (taxa internacional que está em torno de 7% ao ano), mais 4%, com prazo de seis anos. Abrir mão desse dinheiro também pode significar que o governo não quer se comprometer com metas sociais com o BID para poder fazer novos cortes na área.

Decisão final – Para diminuir as linhas de crédito para o Brasil este ano, o BID poderia cancelar parte dos 42 projetos brasileiros em tramitação na diretoria do banco, que totalizam a liberação de US\$ 5,5 bilhões em três anos. Entre os programas está uma linha de crédito voltada para o ensino médio no valor de US\$ 500 milhões. A decisão final sobre a desistência ou não dos recursos do BID deve ser tomada até o fim desse mês, quando o presidente da instituição, Enrique Iglesias, virá ao Brasil para discutir os projetos que estão sendo avaliados pela diretoria da instituição.

A discussão sobre as metas para o ano 2000 ficará somente para a última revisão que o Fundo fará nos indicadores do país este ano, depois de 15 de novembro. Entre os pontos que devem ser tratados pela equipe econômica está a meta de superávit primário do setor público consolidado que, de acordo com o acertado no fim de 1988 ficaria em R\$ 30 bilhões.

O que o FMI está reavaliando (Em US\$ milhões)

| Metas | 30 de setembro | 30 de dezembro |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|
| Resultado primário do setor público (1) | 23.718 | 30.018 |
| Dívida líquida do setor público (1) | 510.608 | 504.457 |
| Dívida externa SPNF (2) | 92.482 | 93.821 |
| Dívida externa privada com garantia pública | 1.580 | 1.580 |
| Dívida externa de curto-prazo do SPNF (2) | 5.804 | 5.804 |

(1) Setor público não-financeiro (SPNF)

(2) Em R\$ milhões